

## EDITAL

INEXIGIBILIDADE 06/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 41/2022

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a contratação de empresa/profissionais de notória especialização técnica-jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria, AD EXITUM, objetivando a constituição de crédito, inclusive financeiro, em favor do CONTRATANTE, contra a União Federal e suas entidades, e contra o Estado de Mato Grosso, com base nas diferenças a menor dos repasses constitucionais da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com efetiva atuação judicial e/ou administrativa, em qualquer juízo, defendendo o interesse do CONTRATANTE e o assessorando no que diz respeito à aplicação do crédito constituído. através de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 25, inciso II c/c Art. 13, incisos III e V da Lei nº 8.666/93.

### 2. DIRETRIZES GERAIS

São referências legais para a elaboração do procedimento:

A formalização do presente termo considera o permissivo do Art. 74, III, da Lei 14.133/2021, uma vez que foi identificado nos serviços propostos a **natureza predominantemente intelectual**, a **especialidade técnica** e a **notória especialização**, bem como que os serviços se enquadram nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “e” do referido dispositivo legal. **Subsidiada pela lei gerla de licitação nº 8.666/1993;**

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DA CONTRATAÇÃO –JUSTIFICATIVA

Considerando ser imperiosa a necessidade de buscar REDUZIR DESPESAS E RECUPERAR PAGAMENTOS INDEVIDOS, porquanto grandes adversidades se abatem sobre este Município, no ano em curso e a equipe trabalha sem medir esforços para sanar os problemas.

Considerando que a contratação de uma assessoria técnica especializada se faz vital e necessária, visto que a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO-MT/MS, por ser um município de pequeno porte, interiorano, não possui em seu quadro de pessoal servidores municipais especializados com expertise em prestar tal tarefa especializada, justificando assim a real necessidade de contratação de assessoria externa especializada em tal nicho.

Considerando ser imperiosa a necessidade de buscar reduzir despesas e recuperar

pagamentos indevidos, porquanto grave crise se abate sobre este Município de PORTO ESPERIDIÃO-MT, no ano em curso de 2022, agravada ainda mais pela situação pandêmica ocasionada pela COVID-19, onde vem havendo queda considerável de receita arrecadada.

Movido por tal propósito, estudamos com toda a atenção a proposta do escritório proponente e vimos que ela vem ao encontro de nossas necessidades mais prementes, porquanto vislumbra a possibilidade de obtermos ingressos para o nosso caixa, EM FORMA EXTRAORDINÁRIA.

Noutro ponto, constatamos que o proponente reúne plenas condições de vir a ser contratado rapidamente, pela modalidade da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, posto que se trata de banca advocatícia que POSSUI CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS que impedem sem faça comparação com outras da mesma categoria — o que significa INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO — e na sua atuação desenvolve interessantes projetos ao fito da identificação de créditos sonegados.

Portanto, temos máximo interesse no prosseguimento da contratação através de INEXIGIBILIDADE, pela rapidez que tal modalidade permite adotar, evitando a burocracia e o desperdício de tempo, tendo em vista o fenômeno da prescrição que fulmina tais valores à medida que o tempo passa.

Vale registrar que os serviços especializados a serem contratados fogem da rotina normal dos quadros técnicos deste Município, que não conseguem atuar na espécie por notória carência quantitativa.

Considerando que a Assessoria técnica especializada almejada, pela farta documentação juntada aos autos reúne plenas condições de vir a ser contratada diretamente, via Inexigibilidade de licitação, posto que se trata de banca advocatícia que possui características especiais que impedem se faça comparação com outras da mesma categoria, restando inviável a competição, e na sua atuação desenvolve interessantes projetos ao fito da identificação de créditos sonegados.

Considerando o fato de que a referida assessoria técnica especializada apresentou diversos **Atestados de Capacidade Técnica, várias notas fiscais referente serviços executados do mesmo objeto em apreço, o que demonstra êxito e expertise ao tema, comprovando de maneira inequívoca que possui larga e exitosa experiencia na recuperação de valores, inclusive à outros entes municipais**, tratando-se portanto, de sociedade altamente especializada no serviço singular almejado, com todos os procedimentos concernentes, aliado ao fato de que desenvolve programas que permitem a identificação rápida dos valores recolhidos indevidamente e, o que também é importante, vem realizando tarefas similares para outros municípios com integral êxito, conforme farta documentação comprobatória anexo.

Considerando que a Jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica ao admitir a contratação direta, por inexigibilidade, para tais finalidades de notório interesse público, sobretudo quando se trata de recuperação de valores, como é o caso, pois é DEVER do ente

público municipal realizar mecanismos para reduzir despesas e buscar receitas que saiba ser possível de se obter, sobretudo em tempos de diminuição de receita, e sobretudo em certos casos, vir a configurar renúncia fiscal e crime de responsabilidade com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. A propósito vale conferir emenda de Acórdão do Egrégio TJSP:

Ação popular. Requisito. lesividade do patrimônio público. Contratação de advogado pelo prefeito. Existência de procuradoria judicial municipal. Irrelevância. Demanda de vultosa quantia. Responsabilidade do prefeito em defender os interesses do município da melhor forma possível. Ato de natureza discricionária. Ação improcedente. Sentença confirmada.”(RJTJ/SP nº 70/135).

No caso, a discricionariedade é o poder-dever atribuído ao administrador para autorizar as compras de bens e serviços, que devem ser especificadas de forma clara e objetiva.

Considerando que a contratação direta almejada, **NÃO trará qualquer dispêndio financeiro por parte desta municipalidade contratante, pois a remuneração da assessoria técnica especializada, por escritório de advocacia renomeado, será apenas e tão somente em caso de êxito (ad exitum). Em outras palavras, apenas será pago a contratada o percentual de 20% (vinte por cento) à título de honorários advocatícios sobre o montante efetivamente restituído cofre municipal**, conforme percentual padrão fixado na tabela de honorários na tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, o que reforça ainda mais a vantajosidade econômica da presente contratação direta.

Resta portanto, inviável abertura de processo licitatório pois caracteriza se mostra a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do Art. 25, inciso II c/c Art. 13, incisos III e V da Lei nº 8.666/93 e Sumula 252 TCU, visando a contratação direta do escritório **NUNES GOLGO SOCIEDADE DE ADVOGADOS inscrito no CNPJ nº 19.320.060/0001-10** para prestação de serviços técnicos de consultoria especializada, administrativa e judicial, “*ad exitum*”, visando recuperação de créditos, através de Inexigibilidade de Licitação, com o projeto de levantamento de dados, preparação, encaminhamento e acompanhamento da documentação necessária, nos termos do contrato administrativo que será firmado.

Podemos constatar que a pretensão fazendária encontra fundamentação no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que os serviços em pauta são singulares e o referido escritório a ser contratado demonstrou possuir experiência e expertise nos assuntos, trazendo várias provas de seu sucesso em empreitadas similares.

Feitas tais considerações propedêuticas indispensáveis, rememoramos que, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, o **processo de licitação** é obrigatório para a Administração Pública contratar serviços com instituições privadas, senão vejamos:

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*

*obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Observamos, por relevante, que, na ocorrência dos casos abrigados nas ressalvas do dispositivo haverá apenas **procedimento de contratação** (que compreende: licitação, dispensa e inexigibilidade) e não **processo de licitação** (que alberga: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão).

Na situação que se põe a exame vislumbra-se situar-se o caso na hipótese de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, posto tratar-se da contratação de serviços singulares a serem prestados por experts.

A respeito do tema, o conhecido jurista catarinense **JOEL DE MENEZES NIEBUHR**<sup>1</sup> escreveu este texto no seu apreciadíssimo livro *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública* (Ed. Dialética, SP, 2003, fls. 190 e ss.):

## “2.2 – Pressupostos

Da leitura do inciso II do artigo 25, combinado com o § 1º, do *caput* do mesmo artigo, ambos da Lei nº 8.666/93, depreende-se a existência de dois pressupostos para a inexigibilidade de licitação relativa aos serviços técnicos profissionais especializados, cuja ocorrência revela a singularidade, que inviabiliza a competição.

O primeiro pressuposto pode ser denominado de OBJETIVO, residente na NATUREZA SINGULAR do serviço a ser contratado. Não é qualquer tipo de serviço que enseja a inexigibilidade, uma vez que aqueles rotineiros, prestados com o mesmo padrão por número razoável de pessoas, não requerem a contratação de especialista. A título ilustrativo, serviços como pintura de parede, manutenção de equipamento, cobrança de dívida ativa, *a priori*, não precisam ser feitos por profissionais detentores de notória especialização, cujo trabalho é traçado por características subjetivas que afastam a possibilidade de julgamento objetivo e, por corolário, a obrigatoriedade de licitação. Em sentido diametralmente oposto, tais

<sup>1</sup> Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP, Mestre em Direito pela UFSC, Professor Convidado de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

serviços podem ser prestados por quaisquer profissionais, desde que capacitados, sendo perfeitamente possível compará-los de modo objetivo, pelo que não se vislumbram justificativas bastantes para excepcionar a obrigatoriedade de licitação pública, tal qual disposta na parte inicial do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

O pressuposto OBJETIVO demanda que o serviço a ser contratado por meio da inexigibilidade requeira os préstimos de especialista, a ponto de recusar critérios de julgamento. A existência de critérios objetivos para comparar os especialistas requisitados impõe a obrigatoriedade de licitação pública. O ponto nodal encontra-se na objetividade ou subjetividade dos critérios de julgamento. A inexigibilidade ocorre somente nas hipóteses em que o serviço pretendido pela Administração Pública é apreciado por critério SUBJETIVO, isto é, sem que a comparação entre os profissionais habilitados a prestá-la é condicionada à apreciação subjetiva.

Nessa perspectiva, não basta que o profissional seja reputado notório especialista, porque, antes de levá-lo em consideração, é essencial que o serviço visado requeira os préstimos de alguém assim qualificado. Essa é a orientação da doutrina. Confira-se:

*“E esse outro dado conceitual importante é o de que a notória especialização, que serviu para que determinado contratante fosse selecionado com escudo e o manto da inexigibilidade da licitação, SEJA EM SI UM DADO ESSENCIAL PARA A SATISFAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO A SER ATENDIDO. Se o serviço é daqueles em que a notória especialização é absolutamente acidental, apenas uma moldura que enfeita o prestador de serviços, mas não integra a essência da realização, tal como desejada, do objeto contratual, nesse caso sua invocação será viciosa e viciada e, portanto, atacável através de todas as figuras do vício do ato administrativo, com a conseqüente apenação do administrador”* (FIGUEIREDO, Lúcia Valle e FERRAZ, Sérgio. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação).

*“Quanto à menção, no dispositivo, à NATUREZA SINGULAR DO SERVIÇO, é evidente que a lei quis acrescentar um requisito, para deixar claro que não basta tratar-se de um dos serviços previstos no artigo 13; é necessário que a complexidade, a relevância, os interesses públicos em jogo, tornem o serviço singular, de modo a exigir a contratação de*

*profissional notoriamente especializado; não é qualquer projeto, qualquer perícia, qualquer parecer que torna inexigível a licitação”* (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 12<sup>a</sup> ed., São Paulo, Atlas, 2000, p. 312).

O segundo pressuposto é de ordem SUBJETIVA, pertinente às qualidades do profissional a ser contratado, que deve demonstrar experiência, estudos aprofundados, trabalhos científicos, publicações, cursos de pós-graduação, etc. É que os critérios objetivos somente falecem diante de profissionais cuja experiência os singulariza, uma vez que não é possível cotejá-los com a equidade que se requer em licitação pública. Portanto, o pressuposto subjetivo exige que o profissional a ser contratado apresente realmente experiência bastante para singularizá-lo.

A propósito do pressuposto SUBJETIVO, o inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 prescreve a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, COM PROFISSIONAIS OU EMPRESAS DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. O texto é claro ao exigir que o contratado seja reputado NOTÓRIO ESPECIALISTA.

A expressão NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO costuma ser interpretada de molde a exigir alguém bastante conhecido em seu meio, afamado, que goze, como o nome indica de notoriedade. Ressalte-se, já, de pronto, que é equivocado apurar a notória especialização pela notoriedade da pessoa. O sujeito pode ser em tudo conhecido, mas não necessariamente por seus méritos profissionais. A notoriedade é da ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL e não do profissional em si.

Outrossim, a notória especialização deve ser apreciada no meio em que atua o profissional, sem que haja razão em pretender que os contratados tenham que ostentar popularidade. Se do profissional fosse exigida popularidade, não haveria ninguém a ser contratado, salvo um ou outro cujo nome tenha sido excepcionalmente difundido, haja vista que, ao menos no Brasil, as pessoas dedicadas aos estudos técnicos e à atividade científica são absolutamente desconhecidas do grande público.

De um jeito ou de outro, a notoriedade induz conceito indeterminado, isto é, variável em grau maior ou menor em decorrência do que se afere discricionariedade em sua apreciação. A determinação do grau mínimo de notoriedade necessária para dar suporte à inexigibilidade não é precisa. Acontece que haverá profissionais cuja especialidade é de certa forma reconhecida, mas não tanto a ponto de se poder afirmar tratar-se de alguém com notoriedade.

Soma-se a isso a questão de se precisar qual o âmbito territorial a ser apurado para reputar profissional como portador de notória especialização. Ora, há profissionais cujos trabalhos são reconhecidos em todo o País, outros no Estado a que pertencem, e outros apenas no Município. A abrangência territorial da contratação deve ser vista com certa parcimônia, adaptável ao objeto e ao lugar da contratação: por vezes, torna-se conveniente a seleção de um profissional de trato próximo, mais acessível. Isso deve ser fitado com parcimônia, porque o que realmente importa são os estudos feitos pelo profissional, a experiência anterior dele, os resultados obtidos. O lugar onde o profissional é conhecido deve ser posto em segundo plano, sem que este prevaleça sobre as efetivas realizações dele. Entretanto, não se quer desprezar os profissionais cujos trabalhos sejam conhecidos em todo o País, haja vista que — é de presumir — se eles o são, é porque possuem méritos.”

Pela importância dos autores na área do Direito Administrativo, também me parece conveniente trazer a lume a opinião de **IVAN BARBOSA RIGOLIN e MARCO TÚLIO BOTTINO**, exposta no livro “*Manual Prático das Licitações*” (Saraiva, 4ª ed., 2002, pp. 253 e ss.), sobre a possibilidade de contratação de serviços especializados:

## 2.1 Serviços técnicos profissionais especializados

Essa é, como se afirmou, a mais sofisticada categoria de serviços profissionais que a Administração poderá obter por contrato; estando bem caracterizada como *especializada*, de natureza singular, não será licitável (inexigível a licitação por força do art. 25 da Lei 8.666).

Inclui-se este tópico num semelhante manual sobre licitações apenas e exclusivamente para indicar que os serviços técnicos profissionais especializados *nunca se podem licitar*, estão por inteiro *excluídos* de licitabilidade, sendo *proibida* a licitação quando a hipótese se configurar. Por que será proibida?

Proíbe-se por lhe faltar sentido, quer material, quer jurídico, quer ético ou moral, quer lógico — ou todos a um só tempo — naquela espécie de serviço. Trata-se de serviços que não podem ser postos em competição, pela natureza singular, muito especializada, que possuem. São trabalhos que *jamaís* dois prestadores entregarão iguais, nem mesmo parecidos, e às vezes apontando direções simplesmente opostas — porém corretas e satisfatórias !

Um só exemplo cala fundo. Imagine-se se a cidade de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, ao comemorar seu quarto centenário de fundação, pretender editar um livro sobre sua história, a ser escrito por historiador de qualidade e de prestígio no meio literário. Como conceber licitar esta obra literária? Será um serviço, sem dúvida (nem

obra em sentido material, nem fornecimento de material); mas, insistindo em licitá-lo, se por absurda hipótese fosse publicado o edital, referente a licitação de serviço do tipo de menor preço (sendo, p.ex., *tomada de preços* a modalidade), um só resultado seria de esperar: o pior literato venceria; os melhores jamais ingressariam no certame, à sua notícia só se concebendo que reagissem com sonora gargalhada, E, se não revogasse a licitação, precisaria contentar-se por certo a Administração com o pior negócio, a proposta mais desvantajosa, a mais infame história de suas glórias passadas, que pretendia exaltar e perpetuar. E o mesmo se daria se ousasse licitar a produção de uma tela a óleo, comemorativa daquela efeméride, pelo menor preço, pois obteria por seguro o mais medíocre.

Tanta falta de nexos quanto licitar o livro histórico ou a tela terá a idéia de licitar-se a defesa de um prefeito ameaçado de cassação pela Câmara, ou processado por ato ou negócio lesivo ao erário, numa ação popular ou criminal. É simplesmente risível a idéia de um edital que para esse caso procurasse o advogado de menor preço, ou aquele que, dentre os que comprovassem “técnica mínima suficiente”, pedisse os menores honorários, No primeiro caso acabaria o zeloso alcaide possivelmente trancafiado a sete ferros numa masmorra de segurança máxima, e no segundo numa de segurança média, sabendo-se inexistente a pena capital no direito brasileiro

...

Percebe-se que aí existe em verdade um impedimento natural de cunho ético, moral, para a hipótese de licitação. É antiético, inteiramente imoral, profundamente indigno e irrazoável pretender que, no exemplo, os melhores escritores, pintores ou advogados se disponham a concorrer, ou, pior ainda, na inaceitável hipótese de concorrerem, precisem baixar o conhecido nível de qualidade do seu trabalho para tentar vencer os demais profissionais na disputa, em cujo meio com certeza figurarão aqueles inqualificavelmente ruins, a preço equivalente. (...)

A impossibilidade de se licitarem serviços técnicos profissionais especializados é também, já é possível perceber, de natureza lógica, vez que *não se licitam coisas desiguais*, no dizer preciso de Celso Antônio Bandeira

de Mello (apud Lucia Valle Figueiredo, *Direitos dos Licitantes*, 2ª ed. SP, Revista dos Tribunais, 1981, p. 14), vale dizer: não se comparam coisas desiguais, que nem se imagina poderão vir a ser, para se escolher uma, em geral a de menor preço (porque é quase sempre o menor preço que se visa obter, por um produto bom). (...)

A idéia de *inviabilidade de licitação*, tenha ela a natureza que tiver (material, lógica, jurídica, ética ou moral), é o fundamento da inexigibilidade de licitação para serviços técnicos profissionais



especializados, quando, diz a lei, de natureza singular (o que é uma redundância), e, quando contratados com profissionais ou empresas de *notória especialização*.

A Lei 8.666, art. 25, § 1º, define com felicidade este conceito, e desfaz aquela apressada conclusão de que notoriedade “ou se tem ou não se tem”, quando quer significar um amplo e vulgarizado conhecimento público do trabalho e da reputação profissional ou da empresa, ditos, então, notoriamente especializados. Faz ver a lei que pode existir grande e absoluta notoriedade (como a dos grandes artistas, ou dos grandes autores que todo o país conhece) e notoriedades de menor âmbito ou proporção, sem comprometimento nem do conceito nem da justa razão daquela notoriedade. Quando reza a lei que considera de notória especialização aquele “cujo conceito, *no campo de sua especialidade*, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato” evidencia que, sempre que a Administração precise de um desses trabalhos, para poder contratá-lo diretamente com um autor deve consultar o meio profissional desse autor, e não jornais de circulação nacional, noticiário de televisão, revistas informativas sobre generalidades ou almanaques editados por drogarias. Não será por figurar em tais publicações leigas e comuns que a notoriedade profissional do autor existirá ou não; ela existirá se aquele autor houver, por exemplo, publicado estudos, obras, ou cursado especializações e pós-graduações, ou adquirido experiência invulgar em sua especialidade; ou tiver aparelhamento material e equipe de trabalho reconhecidamente qualificada; ou houver prestado trabalhos semelhantes e com grande resultado; ou tiver sido premiado em concursos ou por trabalhos na matéria, ou ainda por mais fatores suscetíveis de comprovar a adequação absoluta do autor ao objeto necessitado pela entidade. Comprovada a qualificação, nenhum propósito terá a idéia de licitar-se o serviço singular, especializado. A Administração nesse caso, evidentemente, não sujeitará a contratação ao trabalho da Comissão Julgadora de Licitações; a CJL permanecerá geralmente afastada desse processo, vez que não haverá licitação.

Noutra pesquisa realizada, conferimos que existe no livro *Pregão Presencial e Eletrônico* (Ed. Fórum, BH, 2009, pp. 119 e ss.), de autoria do juiz JAIR EDUARDO SANTANA (professor em cursos de pós-graduação na PUC/MG e na Escola Judicial Des. Edésio Fernandes, do TJMG), este item a respeito do que o magistrado especialista chamou de

#### 1.10.6 - SERVIÇOS DE ADVOCACIA E PREGÃO

Conhecendo bem a polêmica que se instaura em torno do assunto acima enunciado, a pergunta que logo se coloca é: pode a Administração Pública contratar por pregão serviços de advocacia? Apressamo-nos em responder negativamente.

E quais seriam os fundamentos jurídicos que conduzem a tal conclusão?

Antes de tudo é preciso destacar que o caso merece análise despida de quaisquer valores que não estejam apropriados, com exclusividade, pelo sistema normativo. Queremos dizer com isso, por outras palavras, que a nossa leitura tem como ponto de partida e de chegada a própria lei, inclusive a de índole constitucional. Assim é de se deixar de lado o natural calor que o presente debate sugere.

Saber se serviços de advocacia podem ser licitados por pregão é tarefa hermenêutica que demanda critério científico próprio encampado pelo marco legal em vigor.

Dentre as possibilidades metódicas interpretativas disponíveis, partimos do pressuposto da indispensabilidade da atividade advocatícia nos termos em que a homenageou o artigo 133 da Constituição Federal de 1988. Ou seja, o assunto tem raiz constitucional de onde decantam-se as regras que conformam (e informam) dito instituto, perpassando por normas subalternas (Estatuto dos Advogados, por exemplo).

Até hoje não se chegou a um consenso acerca da natureza jurídica da atividade advocatícia. Uns reputam-na de cunho privado, outros sustentam-lhe viés público, não se podendo esquecer daqueles que dizem tratar-se de algo híbrido.

Tal indefinição nos presta logo um grandioso favor para ser contrastada dita atividade com a exigência feita pelo molde licitatório de que cuidamos, o pregão. Este, como bem sabemos, destina-se a albergar aqueles serviços tidos e havidos por comuns.

De pronto a dúvida já se apossa do nosso raciocínio, trazendo-nos desconfiância em alocar a atividade de advogado na rubrica comum, exigida pela Lei do Pregão. E assim ainda continuamos a pensar, mesmo que se tratasse de atividade de advocacia sobre tarefas corriqueiras e habituais.

Não enxergamos qualquer similitude entre o conceito normativo relativamente indeterminado da Lei do Pregão (Lei n. 10.520/2002) e o âmago das atividades ordinárias de pouco ou nenhuma complexidade que venham a ser realizadas pelos profissionais do Direito. Ou seja, queremos dizer que não há qualquer sinonímia ou convergência semântica entre as duas realidades aqui postas em confronto propositalmente.

Se o argumento não satisfaz, cumpre-nos lembrar que a aplicação da lei pressupõe conhecimento do sistema jurídico e este, como é notório, se integra por verdadeira constelação de provimentos deontológicos que se acomodam, caso a caso, de forma harmônica.

Não se pode esquecer de trazer ao debate, por isso, algumas regras especiais que regulam a profissão de advogado. O artigo 34, inciso IV, do Estatuto da OAB, proíbe expressamente ao advogado angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros. Por sua vez, o Código de Ética da Classe, no artigo 5º, finca o princípio da incompatibilidade do exercício da advocacia com procedimentos de mercantilização e, no artigo 7º, veda o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela.

Aí já estariam mais razões para não se tolerar o leilão reverso dos serviços de advogado.

O Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP tem registro interessante sobre o assunto, merecendo transcrição:

“LICITAÇÃO - LEI N. 8.666/93 QUE REGULAMENTA O ARTIGO 37, XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÃO DE ADVOGADO - CONDIÇÃO DA PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS DA DISPENSA (ART. 24) E DE COMPROVAÇÃO HÁBIL PARA INEXIGIBILIDADE (ART. 25), EM FACE DA NATUREZA SINGULAR DOS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSITADOS E SE TRATAR DE PROFISSÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - CRITÉRIO ACEITÁVEL PELA EVIDENTE INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO LICITATÓRIA - PRESSUPOSTO DA EXISTÊNCIA DA NECESSÁRIA MORALIDADE DO AGENTE PÚBLICO NO ATO DISCRICIONÁRIO DE AFERIÇÃO DA NOTORIEDADE DO CONCORRENTE E NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS MODERADOS (ART. 36 E INCISOS I A VIII DO CÓDIGO DE ÉTICA DA OAB) - PREGÃO - DECRETO 3.555/2000 - NÃO INCLUSÃO DOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - AVILTAMENTO DOS HONORÁRIOS E DA PROFISSÃO

A Administração Pública deve priorizar basicamente o serviço mais vantajoso ou conveniente para si, que não se aquilata simplesmente pelo “menor preço”, mas, antes, pela notoriedade do advogado. Demonstradas a singularidade dos serviços técnicos necessários, a notória especialização do profissional e respeitada a moderação dos honorários advocatícios, não fere a ética o profissional que contrata com o Ente Público ou empresa de economia mista sem o certame licitatório. A modalidade pregão (Decreto 3555/2000), cujo termo tem

sinonímia com leilão, por sua forma e natureza, afronta a dignidade da advocacia. Ademais, o Decreto não incluiu a advocacia dentre os serviços comuns. Precedentes: Processos ns. 1.062/94, 2.394/01, 3.057/04 e 3.282/06 (Processo n. E-3.474/2007. Consulente: Conselho Seccional da OAB/SP. Relator: Benedito Édison Trama. Revisor: Carlos José Santos da Silva - Tribunal de Ética e Disciplina).”

Se não bastasse tudo quanto se disse, lembramos que o Supremo Tribunal Federal, em voto do Ministro Eros Grau, firmou posição para entender que:

“Serviços técnicos profissionais especializados são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em que deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para contratação de tais serviços — procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo — é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do “trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à satisfação do objeto contratado” (cf. o par. 1. do art. 25 da Lei 8.666/93). (Ação Penal 348/SC. Relator Ministro Eros Grau, Revisor Ministro Spúlveda Pertence, DJU 03/08/2007).”

E assim o fazendo — segundo pensamos — a Corte Suprema do Brasil acabou com eventual polêmica que pudesse existir em torno do assunto.

Creemos ser necessário concluir com a abalizada “voz rigoliniana” que “todo serviço privativo de advogado é singular” (Ivan Barbosa Rigolin, in BLC - Boletim de Licitações e Contratos, p. 1060, nov/88).

Em adição a tudo que já se disse, ainda que a atividade do profissional do Direito não fosse submetida ao regime da contratação direta, é de se afastar a impertinente disputa por preços menores (licitação do tipo menor preço). No tocante a tal aspecto, sugerimos que o leitor simule hipoteticamente uma disputa pública, por pregão, onde o menor preço tenha que se submeter à análise de inexequibilidade, por força do inciso XI do artigo 4o. da Lei n. 10.520/2002.

Quem bem conhece o rito do pregão sabe que, após encerrada a disputa, o pregoeiro deve examinar a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e decidir motivadamente a

respeito da sua aceitabilidade. Imaginemos, assim, que um determinado profissional diminua o valor dos seus serviços, chegando a muito menos do que a metade do seu concorrente (e se distancie do preço orçado pela Administração). Qual será o critério para aferir a aceitabilidade, no caso? O preço muito inferior significa proposta exequível?

A resposta única mostra a erronia daqueles que defendem a contratação de serviços de advogado pela modalidade pregão.

Podemos citar a Lei Federal nº 14.039/2020 :

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Art. 2º O art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 , passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 25.

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Por todo exposto, justificamos a contratação do escritório proponente através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, conclusão a que chego com base também nas seguintes outras premissas:

- a) este Município enfrenta alguns entraves financeiros;
- b) a cada dia que passa, vêm acontecendo os fenômenos da prescrição no que se refere

avalores desembolsados indevidamente e que estão sendo deixados de recuperar;

c) consoante demonstrado, os serviços em tela não podem ser licitados;

d) consabidamente, este ente municipal não possui em seus quadros pessoal especializado para, sem riscos, realizar as tarefas em pauta, seja por insuficiência numérica, seja por falta de expertise na área;

e) o proponente, através dos seus integrantes, demonstrou possuir larga experiência e plena capacidade técnica, prestando serviço idêntico a outros entes municipais;

f) do mesmo modo, preenche os requisitos preconizados pela legislação pertinente (art. 25, II c/c Art. 13, incisos III e V da Lei 8.666/93) para ser contratado por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO;

g) a remuneração pretendida obedece ao princípio constitucional da razoabilidade, porquanto está dentro dos preços praticados pelo mercado da prestação de serviços parecidos;

h) a proposta é oportuna porque poderá evitar que o senhor Prefeito possa vir a ser alvo de ações com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e/ou de Improbidade, com a acusação de que deixou de reduzir despesas, ou de que se escusou de buscar receitas que sabia possíveis de obter, o que configura renúncia fiscal.

#### **4. JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

Ratificamos as argumentações expostas no Tópico 3 no sentido de que para a contratação pretendida, há o devido amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;  
(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:  
(...)

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;  
(...)

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

## 5. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A empresa **NUNES GOLGO SOCIEDADE DE ADVOGADOS** inscrito no CNPJ nº 19.320.060/0001-10 é referência na área e ostenta vasta documentação comprobatória, asquais seguem anexo.

Apresentou proposta nos autos de 20% (vinte por cento) à título de honorários advocatícios sobre o montante efetivamente restituído cofre municipal, ou seja, preço está dentro da prática do mercado e conforme percentual fixado na tabela de honorários na tabela da Ordem dos Advogados do Brasil, o que reforça ainda mais a vantajosidade econômica da presente contratação direta.

Anexou diversos contratos firmados com outros órgãos públicos bem como variadas Notas Fiscais comprovando a execução com êxito das contratações.

A empresa Nunes Golgo demonstra grande expertise e comprovou através da juntada de currículo e demais documentos anexos, sendo Sr. Cláudio Roberto Nunes Golgo atuado como Auditor Fiscal da Receita Estadual RS, teceu diversos artigos sobre ISS incidente sobre arrendamento mercantil, na revista eletrônica Consultor Jurídico (Conjur). Realizou diversas palestras a prefeitos, procuradores e secretários de finanças, em eventos produtos pelo Ibrama, e também pela FAMURS, além de ter anexado inúmeros atestados de capacidade técnica emitido por diversos órgãos públicos de Estados da Federação diferentes.

## 6. PREVISÃO DAS QUANTIDADES E O LEVANTAMENTO DE MERCADO

Item	Descrição	Unidade	Valor global estimado máximo a ser recuperado	% ser paga a Contratada em caso de êxito (a <i>ad exitum</i> )	Valor máximo que será pago a Contratada - em caso de êxito ( <i>ad exitum</i> )
01	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de consultoria especializada, administrativa e judicial, " <i>ad exitum</i> ", visando recuperação de créditos, através de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 25, inciso II c/c Art. 13, incisos III e V da Lei nº 8.666/93	01 serviço	R\$ 4.453.891,05	20%	R\$ 890.778,21

## 8. REQUISITOS PARA EXECUÇÃO A SEREM ATENDIDOS PELO FUTURO CONTRATADO

A empresa deverá cumprir na íntegra as especificações constantes no presente ETP, TR bem como proposta anexada aos autos e cumprindo o prazo estabelecido, devendo estar garantindo a execução

do serviço, com a qualidade técnica exigida para o caso em apreço.

Toda documentação de regularidade Jurídica, Fiscal, Trabalhista e demais comprovações da empresa que apresentou menor preço, estão anexadas ao presente ETP.

A CONTRATADA irá elaborar as peças processuais necessárias a recuperação dos valores indevidamente pagos à Previdência Social, com base nas folhas de pagamento dos últimos 60 (sessenta) meses, (período de prescrição para a repetição de indébito) e no rol de rubricas sobre as quais foi calculada a contribuição patronal pelo Departamento de Recursos Humanos – com a consequente elaboração de laudo de créditos a recuperar – com o escopo de deparar valores recuperáveis nas três espécies:

- a) Créditos já consagrados pela jurisprudência definitiva do Supremo Tribunal Federal e pela Subsecretaria de Arrecadação da Receita Federal.
- b) Créditos já consagrados pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porém ainda não definitivamente aprovados pelo STF.
- c) Outros créditos de verbas não-remuneratórias que podem ser pleiteadas junto ao Poder Judiciário.

A prestação dos serviços será realizada presencial, através de visitas in loco e à distância, através de telefone e outras tecnologias de informação, bem como remotamente: e-mail, WhatsApp, Google Meet, Skype.

As visitas “in loco” ocorrerão mensalmente.

Qualquer colaborador ou empregado da empresa CONTRATADA que na opinião da fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá, mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser notificado e consequentemente afastado pela CONTRATADA.

Será de inteira responsabilidade da empresa contratada os custos oriundos de: deslocamento, hospedagem, alimentação, gastos tributários e trabalhistas referentes aos serviços durante todo o período de execução.

A execução do serviço, pautada no teor do presente instrumento irá perdurar enquanto a lide não chegar a termo em última instância (definitivamente), tanto na esfera judicial quanto no âmbito administrativo, sendo de responsabilidade da Contratada.

## 9. RUBRICA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Secretaria Municipal de Fazenda Projeto Atividade: 2071- Manutenção e encargos da Secretaria	477 – 33.90.39.0000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurudica. Fonte: 1.1500



**10- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar verificamos que este tipo de contratação, irá atender as necessidades do Município. Deste modo, esta Secretaria declara a **viabilidade da contratação pretendida, através da inexigibilidade de licitação.**

Os casos omissos no presente Estudo Técnico Preliminar serão resolvidos pelo gestor da Pasta Demandante, com assessoramento da Comissão Permanente de Licitação e Contratos bem como pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT.

PORTO ESPERIDIÃO-MT 24 DE MAIO DE 2022.

**RONEY BATISTA CARDOSO**  
**PRESIDENTE DA CPL**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a contratação de empresa/profissionais de notória especialização técnica-jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria, AD EXITUM, objetivando a constituição de crédito, inclusive financeiro, em favor do CONTRATANTE, contra a União Federal e suas entidades, e contra o Estado de MATO GROSSO, com base nas diferenças a menor dos repasses constitucionais da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com efetiva atuação judicial e/ou administrativa, em qualquer juízo, defendendo o interesse do CONTRATANTE e o assessorando no que diz respeito à aplicação do crédito constituído. através de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 25, inciso II c/c Art. 13, incisos III e V da Lei nº 8.666/93.

*Ratifica a justificativa emanada no Estudo Técnico Preliminar.*

#### 2. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

A proposta da Contratada deverá atender integralmente as especificações contidas no TR e ETP.

O critério de julgamento será por proposta apresentada pelo o único fornecedor, atendendo os critérios da inexigibilidade de licitação, sendo no caso específico a mais vantajosa para o Município do ponto de vista técnico e econômico.

O objeto do presente Contrato, será executado na sede da CONTRATANTE, de forma direta e pessoal, com os profissionais que compõe o quadro societário da CONTRATADA, bem como em outras localidades, quando se fizer necessário.

#### 3. DO LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E REQUISITOS DE ACEITABILIDADE

A CONTRATADA irá elaborar as peças processuais necessárias a recuperação dos valores indevidamente objetivando a constituição de crédito, inclusive financeiro, em favor do CONTRATANTE, contra a União Federal e suas entidades, e contra o Estado de MATO GROSSO, com base nas diferenças a menor dos repasses constitucionais da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com efetiva atuação judicial e/ou administrativa, em qualquer juízo, defendendo o interesse do CONTRATANTE e o assessorando no que diz respeito à aplicação do crédito constituído.

A CONTRATADA prestará Assessoria e Consultoria Jurídica ao CONTRATANTE para cumprimento do objeto contratual, elaborando, distribuindo e controlando medidas e ações judiciais e/ou administrativas com o fim de constituir crédito, inclusive financeiro, acerca das diferenças apuradas sobre a distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), devida pela União e pelo Estado do Mato Grosso nos últimos 05 anos (período de prescrição).

Para instrução das medidas judiciais e/ou administrativas, serão analisados os documentos que atestam o valor recebido pelo CONTRATANTE a título de CFEM nos últimos 05 anos, bem como os documentos que atestam o montante recolhido em operações mineradoras no Município de Porto

Esperidião-MT, elaborando-se o cálculo das diferenças.

A CONTRATADA também prestará assessoria e consultoria no sentido de obter autorização para a aplicação do crédito reconhecido, especialmente em:

**a)** quitação/redução de dívidas junto à União e suas entidades (inclusive parcelamentos para com o INSS);

A prestação dos serviços será realizada presencial, através de visitas in loco e à distância, através de telefone e outras tecnologias de informação, bem como remotamente: e-mail, WhatsApp, Google Meet, Skype.

As visitas “in loco” ocorrerão mensalmente.

Qualquer colaborador ou empregado da empresa CONTRATADA que na opinião da fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá, mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser notificado e conseqüentemente afastado pela CONTRATADA.

Será de inteira responsabilidade da empresa contratada os custos oriundos de: deslocamento, hospedagem, alimentação, gastos tributários e trabalhistas referentes aos serviços durante todo o período de execução.

A execução do serviço, pautada no teor do presente instrumento irá perdurar enquanto a lide não chegar a termo em última instância (definitivamente), tanto na esfera judicial quanto no âmbito administrativo, sendo de responsabilidade da Contratada.

Caso o serviço não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição. A Contratada deverá realizar os serviços às suas expensas, devendo a fornecedora substituir, por sua conta e nos prazos fixados pelo órgão contratante, os serviços que forem considerados inadequados às especificações.

#### **4. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

O Contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes, observada a legislação pertinente e a necessidade da prorrogação, devidamente justificadas nos termos da legislação em vigor, conforme Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, **sendo que a execução irá perdurar pelo prazo em que a demanda judicial continuar pendente de julgamento em última instância.**

#### **5. PARCELAMENTO DA EXECUÇÃO**

Impõe-se o parcelamento, quando existir parcela de natureza específica que possa ser executada por empresas com especialidades próprias ou diversas e for viável técnica e economicamente.

Deve em qualquer caso se apresentar vantajoso para a Administração as compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serem divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem perda da economia de escala.

Assim sendo, conforme explanado anteriormente, a contratação será direta, através de inexigibilidade de licitação.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Cumprir fielmente com as cláusulas contratuais.
- Comunicar antecipadamente a data e horário do serviço da revisão, não sendo aceito o que estiver em desacordo com as especificações constantes no ETP, TR e proposta da contratada.
- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;
- Todos os custos relativos a realização do serviço ficará a cargo da Contratada.
- Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual
- A contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos das legislações aplicáveis.
- Executar fielmente o objeto deste Contrato em conformidade com as obrigações assumidas, executando com zelo todos os compromissos jurídicos assumidos perante a contratante.
- Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes.
- Responder perante a contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, relacionados a condução do objeto deste instrumento e execução a qual detém responsabilidade, bem como por erro ou conduta equivocada, inerentes a execução do objeto deste Contrato.
- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas relacionadas ao cumprimento do presente contrato.
- Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual;
- O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais provenientes da execução do contrato.
- Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato sob pena de rescisão Unilateral do Contrato e aplicação das penalidades legais cabíveis.
- Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 8.666/93.
- Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, o servidor credenciado do contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidade.
- Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação/execução dos serviços.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Emitir a Ordem de início dos serviços;
- Aplicar as penalidades cabíveis;
- Proporcionar a empresa fornecedora todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- Efetuar o pagamento dentro do prazo estabelecido;
- Proceder o acompanhamento e fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital;
- Informar a inexecução parcial ou total do compromisso;
- Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à plena execução do fornecimento.
- Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Contrato.
- Notificar, formal e tempestivamente a contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.
- Notificar a contratada por escrito, com a devida antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- Fiscalizar o presente Contrato através do setor competente da contratante.
- Designar um servidor de seu quadro de funcionários para o recebimento e a fiscalização da entrega do objeto deste Contrato;
- Rejeitar o fornecimento do objeto deste Contrato, por terceiros, no todo ou em parte, sem autorização.

## **8. DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a contratante, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

Advertência;

Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, (valor da demanda judicial) recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

Além das penalidades citadas, a contratada, ficará sujeita ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da contratada, e, no que couberem às demais penalidades referidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.906/94.

## **9. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A rescisão contratual poderá ser:

Determinada, por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da contratada, reduzida a termo, desde que haja conveniência da contratante;

A inexecução total ou parcial deste Instrumento Contratual, enseja a sua rescisão pela contratante, com as consequências previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o art. 87 da mesma Lei;

Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

## **10. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

O valor decorrente da execução do objeto deste CONTRATO, assim como preconizado será realizado respeitando o percentual limite acordado de 20% ( vinte por cento) a título de honorários advocatícios “AD EXITUM”, sobre o montante comprovadamente restituído aos cofres públicos municipais.

A CONTRATADA será remunerada exclusivamente pelo êxito que proporcionar ao CONTRATANTE, na equivalência de duzentos reais (R\$ 200,00) para cada um mil reais (R\$ 1.000,00) recuperados do efeito econômico-financeiro obtido.

seja, aplicando a porcentagem acordada de 20% título de honorários advocatícios “AD EXITUM”, sobre o montante comprovadamente restituído aos cofres públicos municipais, o valor global que poderá ser pago a Contratada será

Todavia, se porventura, o valor sofrer alteração no curso da demanda judicial, as partes pactuarão a realização de Termo Aditivo para a devida correção de cláusula referente ao valor, sendo que os honorários advocatícios estarão vinculados aos créditos devidamente restituídos aos cofres públicos municipais

Os pagamentos somente serão efetuados eletronicamente, sendo vedada a emissão de cheque.

A Nota Fiscal correspondente será discriminativa, não podendo conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá constar o número da licitação, do presente CONTRATO e

número da autorização de fornecimento.

Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária, ou aplicação de penalidade a CONTRATANTE.

É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com as certidões fiscais e trabalhista da Contratada, sendo obrigação da mesma, após autorizado e emitido a NF, encaminhar como anexo, tais certidões de regularidade.

O pagamento será realizado pela CONTRATANTE através de créditos em conta bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva restituição dos créditos aos cofres públicos municipais, munido de relatório dos serviços comprovadamente executados e das respectivas Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

## **11 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO**

A Fiscalização do contrato será mediante a pessoa responsável pela requisição ou liberação, bem como a conferência da realização/verificação do serviço sendo responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, os seguintes servidores responsáveis por cada setor ou unidade, conforme segue abaixo:

Fica a cargo da Secretaria de Fazenda responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e atesto das notas fiscais, conforme portaria específica da Prefeitura Municipal, que as designa para esta função, em atendimento a legislação vigente.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93, conforme se vislumbra em cláusula abaixo. Somente será aceito serviço que atender todas as especificações constantes no ETP e TR, sendo que em caso de recusa, a contratada será notificada para o total cumprimento de suas obrigações previstas no instrumento convocatório e contratual.

A CONTRATANTE fiscalizará a prestação dos serviços de consultoria e assessoria técnica- jurídica provenientes do presente Contrato, bem como verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização pela contratante não desobriga nem ilide a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto da avença contratual.

A ausência de comunicação por parte da contratante referente a irregularidades ou falhas não exime a contratada das responsabilidades determinadas para a fiel execução do objeto do Contrato, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93, Lei Federal nº 14.039/2020 e Lei Federal nº 8.906/94.

O fiscal do contrato terá total autonomia para a realização de quaisquer requisições inerentes ao objeto contratual, possibilitando máxima efetividade às prerrogativas legais.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os casos omissos no presente Termo de Referências serão resolvidos pelo gestor da Pasta Demandante, com assessoramento da COMISSÃO PERMANENTE DELICITAÇÃO, bem como pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

**PORTO ESPERIDIÃO-MT - 24 DE MAIO DE 2022**

**NILTON ROBERTO CARROCINI**  
**SECRETÁRIO DE FAZENDA**



ANEXO II
----------

MINUTA DO CONTRATO
--------------------

CONTRATO Nº. XXX/2022

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS AD EXITUM ,  
REFERENTES À DISTRIBUIÇÃO DE CFEM AO  
MUNICÍPIO DE Porto Esperidião-MT, VINCULADO  
A INEXIGIBILIDADE N.º 06/2022 .**

O Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ: nº **03.238.904/0001-48**, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Martins Dias de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Ramão Lara Franco, nesta cidade de Porto Esperidião – MT, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, no município de Campinas/SP, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo senhor **XXXXXXXXXX**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil OAB/SP nº 215204 e CPF nº 010.151.500-63, com endereço profissional à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, no município de Limeira – SP, CEP 13.485-210, e/ou a senhor (a) **XXXXXXXXXX**, brasileira, solteira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil OAB **XXXX** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, com endereço profissional à Rua: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas têm entre si, certas e ajustadas o presente contrato, vinculado a **Inexigibilidade n.º 06/2022**, o qual reger-se-á pela **Lei nº. 14.133/2021** e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO FUNDAMENTO LEGAL** – A formalização do presente contrato considera o permissivo do Art. 74, III, da Lei 14.133/2021, uma vez que foi identificado nos serviços propostos a **natureza predominantemente intelectual**, a **especialidade técnica** e a **notória especialização**, bem como que os serviços se enquadram nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “e” do referido dispositivo legal.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui o objeto do presente instrumento, a contratação de empresa/profissionais de notória especialização técnica-jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria, AD EXITUM, objetivando a constituição de crédito, inclusive financeiro, em favor do CONTRATANTE, contra a União Federal e suas entidades, e contra o Estado de MATO GROSSO, com base nas diferenças a menor dos repasses constitucionais da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com efetiva atuação judicial e/ou administrativa, em qualquer juízo, defendendo o interesse do CONTRATANTE e o assessorando no que diz respeito à aplicação do crédito constituído.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços contratados poderão ser prestados em qualquer foro da Justiça Federal e/ou da Justiça Estadual, bem como em qualquer repartição administrativa da União e de suas entidades, e em qualquer repartição administrativa do Estado do Mato Grosso.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:**

**3.1.** O CONTRATANTE fiscalizará a prestação dos serviços de consultoria e assessoria técnica jurídica provenientes do presente contrato, bem como verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

**3.2.** A fiscalização da execução contratual ficará a cargo do Secretário Municipal de fazenda, Sr. NILTON ROBERTO CARROCINI.

**3.3.** A fiscalização pelo CONTRATANTE não desobriga nem ilide a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto da avença contratual, conforme preconizado na cláusula 1.1.

**3.4.** A CONTRATADA possibilitará todas as condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo, sempre que solicitado, informações, acesso às documentações, o número do protocolo das ações judiciais intentadas; além de outros documentos ou informações que o CONTRATANTE julgar necessários.

**3.5.** O fiscal do contrato terá total autonomia para a realização de quaisquer requisições inerentes ao objeto contratual, possibilitando máxima efetividade às prerrogativas legais.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A execução dos serviços, pautada pelo teor da cláusula 1.1 do presente instrumento, será realizada da seguinte forma:

**4.1.1.** A CONTRATADA prestará Assessoria e Consultoria Jurídica ao CONTRATANTE para cumprimento do objeto contratual, elaborando, distribuindo e controlando medidas e ações judiciais e/ou administrativas com o fim de constituir crédito, inclusive financeiro, acerca das diferenças apuradas sobre a distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), devida pela União e pelo Estado do Mato Grosso nos últimos 05 anos (período de prescrição).

**4.1.2.** Para instrução das medidas judiciais e/ou administrativas, serão analisados os documentos que atestam o valor recebido pelo CONTRATANTE a título de CFEM nos últimos 05 anos, bem como os documentos que atestam o montante recolhido em operações mineradoras no Município de Porto Esperidião-MT, elaborando-se o cálculo das diferenças.

**4.1.3.** A CONTRATADA também prestará assessoria e consultoria no sentido de obter autorização para a aplicação do crédito reconhecido, especialmente em:

- a)** quitação/redução de dívidas junto à União e suas entidades (inclusive parcelamentos para com o INSS);
- b)** capitalização do fundo previdenciário próprio;
- c)** investimento em educação.

**4.1.4.** No que diz respeito ao objeto contratual, a CONTRATADA, quando solicitado, providenciará pareceres e avaliações, bem como, considerando as possibilidades de aplicação do crédito, prestará assessoria e consultoria técnica, inclusive tributária.

**4.1.5.** Na hipótese de ocorrer qualquer fiscalização externa sobre a presente contratação e os serviços que dela decorrem, a CONTRATADA prestará, caso solicitado, assessoria e consultoria jurídica, elaborando minutas de manifestações e/ou defesas e encaminhando-as ao CONTRATANTE, este que será o responsável pelo respectivo controle de prazos e protocolos.

**4.1.6.** Qualquer colaborador ou empregado da empresa CONTRATADA que, na opinião formalizada da fiscalização, não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá, mediante solicitação por escrito do CONTRATANTE, ser notificado, pela CONTRATADA, e, conseqüentemente, afastado de atividades inerentes a este contrato

**4.1.7.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA os custos oriundos de: Deslocamento, hospedagem, alimentação, gastos tributários e trabalhistas referentes aos serviços durante todo o período de execução.

**4.1.8.** O CONTRATANTE está isento de todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, enfim, todos os componentes de custo necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, sendo essas de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**4.1.9.** Desde que cumpridas as devidas formalidades legais, a execução do serviço, pautada no teor da Cláusula 1.1 do presente instrumento irá perdurar enquanto a lide não chegar a termo em última instância (definitivamente), tanto na esfera judicial quanto no âmbito administrativo.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1.** A CONTRATADA será remunerada exclusivamente pelo êxito que proporcionar ao CONTRATANTE, na equivalência de duzentos reais (R\$ 200,00) para cada um mil reais (R\$ 1.000,00) do efeito econômico-financeiro obtido.

**5.2.** Na hipótese de sobrevir fator que altere e/ou indique precisamente o valor do crédito, o presente instrumento será aditado para a devida correção do valor do contrato, sendo que a remuneração permanece vinculada ao êxito econômico-financeiro obtido.

**5.3.** O pagamento será realizado pelo CONTRATANTE através de créditos em conta bancária, no

prazo de até 05 dias, a contar do efeito econômico-financeiro obtido, munido da respectiva Notas Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

**5.4.** O não cumprimento da cláusula 5.4 implicará multa de 10% do valor devido e atualização monetária pela Taxa Selic, sem a retenção do ISS que é devido no local de sua sede.

**5.5.** Os pagamentos somente serão efetuados eletronicamente, sendo vedada a emissão de cheque.

**5.6.** Em caso de pagamentos em contas de outros bancos, os custos correrão por conta do contratado.

**5.7.** A Nota Fiscal correspondente, a ser emitida pela CONTRATADA, será discriminativa, não podendo conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá constar o número da inexigibilidade, do presente contrato e número da autorização de fornecimento.

**5.8.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**5.9.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária, ou aplicação de penalidade a CONTRATANTE.

**5.10.** É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/Caixa, TST e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos (CND/INSS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**5.11.** Sendo o caso, o CONTRATANTE autoriza o destaque dos honorários contratuais acordados no momento da expedição de precatório judicial/RPV/Alvará, em harmonia com o disposto no artigo 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994.

**5.12.** Na eventualidade de sobrevirem honorários sucumbenciais, conforme previsão do art. 85 do CPC, os valores serão exclusivamente da CONTRATADA, pois não se confundem com a remuneração contratual.

**5.13.** Caso o CONTRATANTE descumpra as condições e obrigações pactuadas, a CONTRATADA poderá realizar a execução judicial do instrumento contratual em razão deste se caracterizar título executivo extrajudicial.

**5.14.** Qualquer variação na forma do pagamento ajustada será feita mediante acordo escrito entre as partes, e será parte integrante do Contrato, observadas as condições legais estabelecidas, ressalvadas as alterações unilaterais permitidas à Administração, fulcro art. 124, I, da Lei 14.133/2021.

**5.15.** Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a assinatura do Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**6.1.** As despesas provenientes deste contrato serão empenhadas por conta das seguintes rubricas:

<b>SECRETARIA</b>	<b>DOTAÇÃO</b>
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b> Projeto Atividade: 2071-Manutenção e Encargos da Secretaria	<b>477-33.90.30.0000 – Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica</b> <b>Fonte: 1.1.500</b>

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO PARA INÍCIO**

**7.1.** O contrato terá a duração de 12 meses, **contados a partir do dia XXX de Maio de 2022 com validade até XXX de Maio de 20XX**, podendo a vigência ser prorrogada nos termos do Art. 106 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**7.2.** Depois de assinado o contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 07 dias úteis para comprovar a adoção da primeira medida judicial e/ou administrativa para a consecução do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos, documentos, dados e informações que se fizerem necessários à plena execução do contrato.

**8.2.** Disponibilizar os dados atinentes aos repasses recebidos da CFEM no período prescricional;

**8.3.** Fornecer os dados dos parcelamentos previdenciários existentes.

**8.4.** Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato.

**8.5.** Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.

**8.6.** Notificar a CONTRATADA por escrito, com a devida antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

**8.7.** Fiscalizar o presente contrato através do setor competente do CONTRATANTE.

**8.8.** Designar um servidor de seu quadro de funcionários para o recebimento e a fiscalização da entrega do objeto deste contrato.

**8.9.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com

as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

- 8.10.** Rejeitar o fornecimento do objeto deste contrato, no todo ou em parte, por terceiros não autorizados.
- 8.11.** Outorgar instrumento de mandato com os poderes da cláusula *ad judicium*, habilitando a CONTRATADA para representação em juízo e/ou fora dele, até o trânsito em julgado e/ou solução definitiva no que compete ao objeto contratual.
- 8.12.** A CONTRATANTE não poderá outorgar poderes para patrocínio de outro escritório e/ou advogado, nos autos da demanda objeto deste contrato, sem que a CONTRATADA tenha descumprido suas obrigações ou dado causa a rescisão contratual, estando sujeito as culminações administrativas, cíveis e criminais, inclusive a multa equivalente à 10% do valor atualizado do contrato, se assim proceder.

## **CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 9.1.** A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos das legislações aplicáveis.
- 9.2.** Cumprir integralmente o objeto do presente instrumento.
- 9.3.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes.
- 9.4.** Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, relacionados a condução do objeto deste instrumento e execução a qual detém responsabilidade, bem como por erro ou conduta equivocada, inerentes a execução do objeto deste contrato.
- 9.5.** Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas relacionadas ao cumprimento do presente contrato.
- 9.6.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual;
- 9.7.** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais provenientes da execução do contrato.
- 9.8.** Não transferir ou ceder, a qualquer título, sem o prévio conhecimento e autorização do

CONTRATANTE, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato sob pena de rescisão Unilateral do contrato e aplicação das penalidades legais cabíveis.

**9.9.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.10.** Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o servidor credenciado do contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidade.

**9.11.** Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação/execução dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

**10.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**10.1.1.** Advertência;

**10.1.2.** Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, (valor da demanda judicial) recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

**10.1.3.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**10.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**10.2.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 dias úteis contados da data da intimação para tanto.

**10.3.** As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e só serão aceitas justificativas quando formuladas por escrito, dentro do prazo legal, fundamentada em fatos comprováveis, a critério do gestor do contrato ou da autoridade superior do CONTRATANTE, nos limites da Lei.

**10.4.** Se o motivo e/ou justificativa ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente esclarecido e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

**11.1.** A rescisão contratual poderá ser:

**11.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos cabíveis previstos no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

**11.1.2.** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da CONTRATADA, reduzida a termo, desde que haja conveniência do CONTRATANTE;

**11.1.3.** Provocada pela CONTRATADA, nas hipóteses do Art. 137, §2º, da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO**

**12.1.** A publicação do presente instrumento, em extrato, no Jornal Oficial do Município, ficará a cargo do CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT, como o único foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato, na próxima página, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas indicadas.

Porto Esperidião MT , 30 de Maio de 2022.

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**  
**CONTRATANTE**

**NOME DA EMPRESA**  
**CNPJ: XXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**FISCAL**  
**NOME DO FISCAL**  
**CPF: XXX.XXX.XX-00**